

Arrocho foi diminuindo aos poucos

BRASÍLIA

— O governo começou a liberar o crédito direto ao consumidor em agosto quando aumentou de três para seis meses o financiamento de carros novos ou usados. No mesmo mês, o Banco Central (BC) reduziu os compulsórios sobre depósitos a prazo — de 30% para 20% — e sobre os depósitos à vista.

Em setembro, foi liberado o leasing (aluguel com opção de



compra) dos automóveis e reduzido de 18% para 15% o Imposto Sobre Operações Financeiras cobrado sobre os empréstimos bancários. O cálculo da Taxa Referencial (TR) também foi modificado para permitir a queda dos juros. Alguns dias depois, o BC continuou reduzindo o compulsório sobre operações de crédito que já foi de 15%, 10% e 8%.

A volta dos consórcios de longo prazo para automóveis — que era esperada desde agosto — só chegou em outubro. Restritos a um prazo máximo de seis meses, os novos grupos passaram a ter, no mínimo, 50 meses. O Banco Central, porém, continuou proibindo os lances e cancelou as cotas das montadoras que ainda não tinham sido vendidas.

O medo de ver repetida a explosão do consumo que contribuiria para o fracasso do Plano

Cruzado deixou o governo atento e pronto a intervir nas leis do mercado, via restrição de crédito, a qualquer sinal de euforia consumista desde os primeiros momentos do Plano Real, implantado em 1º de julho de 1994. Já em agosto o governo resolveu utilizar os mecanismos da política monetária para conter a euforia que a recente estabilidade provocara na sociedade: juros altos, pouco crédito na praça e lançamento de títulos da dívida pública para enxugar o excesso de reais na economia.

Em outubro, após a eleição de Fernando Henrique Cardoso, a intervenção tornou-se mais dura: o Banco Central obrigou os bancos a recolherem 15% do valor dos empréstimos concedidos, com o objetivo de reduzir drasticamente a oferta de crédito. Com o depósito compulsório, os juros dispararam. O governo também

proibiu o parcelamento das compras com cartão de crédito, o crediário para eletrodomésticos e carros foi reduzido a três prestações, e as administradoras de consórcios ficaram impedidas de constituir novos grupos para a compra de eletrodomésticos e eletrônicos, além de ter reduzido de 50 para 12 meses o prazo dos consórcios para carros, caminhões e motos. Os resultados vieram logo: financiamentos a pessoas físicas caíram de R\$ 60 milhões diários para R\$ 22 milhões 20 dias após o início do arrocho, segundo dados do próprio BC.

Mesmo assim, o Natal de 94 foi dominado pela euforia no consumo, provocando um estrago na balança comercial, com a enxurrada dos importados, e outro no bolso do consumidor, que se endividou a juros altíssimos.